

16 NOV 1986

ANC 88

Pasta Novembro/86

066

CORREIO BRAZILIENSE

16 NOV 1986

Espectáculo democrático

Ass
Const.

A eleição realizada ontem em todo o País, em satisfatório clima de tranqüilidade, não significou apenas o cumprimento de uma solenidade do calendário eleitoral. Configurou-se antes de tudo como um ritual democrático sem precedentes na crônica republicana dos últimos quarenta anos, quando, como agora, os poderes originários da soberania nacional foram convocados para reerguer a República.

Não importa que as comoções institucionais, causas historicamente eficazes para justificar a Constituinte, tenham sido superadas no pacífico processo de transição em curso. A devolução ao povo do direito de ordenar, mais uma vez, as instituições, resulta de uma conveniência política insuperável, por diversas razões.

Em primeiro lugar, a vinculação integral do povo aos mecanismos de reconstrução nacional recomenda-se como uma garantia em favor da perenidade do futuro pacto social a ser inscrito na Constituição. Esse objetivo não poderia ser alcançado pelo uso dos poderes derivados do Congresso Nacional, mas por expressa manifestação, em consulta popular explícita, da soberania nacional.

Depois, o atual contrato político entre o Estado e a Nação, celebrado no texto da Carta vigente, esgotou completamente as suas possibilidades e desintegrou-se por sua ilegitimidade. Apesar das 26 emendas que recebeu desde sua edição em 1969, a atual Constituição jamais foi integralmente ex-

purgada dos rancores autoritários que a inspiraram. Basta dizer que até hoje está em plena vigência o dispositivo — artigo 181 — que exclui de apreciação judicial as punições aplicadas com base nos atos institucionais. É possível que nas ditaduras mais carrancudas e ferozes do mundo inexista tão brutal cerceamento de defesa.

Mas bastaria a origem espúria desse documento fundamental e as graves turbulências institucionais que o precederam para justificar, perante a consciência civilizada da Nação, a mobilização dos poderes constituintes originários.

É o que se fez ontem em circunstâncias excepcionalmente felizes. Afora alguns incidentes comuns nessas ocasiões, o pleito transcorreu em todo o País em ambiente de concórdia e de respeito às disposições da Justiça Eleitoral. Se o eleitor, em parte considerável, ainda não pôde se ver a salvo dos constrangimentos de consciência provocados pelo emprego abusivo do poder econômico, pelo menos pôde exercer esse dever cívico à distância das coações físicas e das perturbações da ordem.

Um análise excludente das exceções, como está representada pelo exercício indesejável das pressões econômicas, ensejará a conclusão de que o pleito converteu-se em um espetáculo democrático raramente anotado na história nacional. Alguns políticos durante a campanha podem não ter exibido comportamento compatível com a majesta-

de do ato cívico para o qual todos os cidadãos foram convocados. Mas o povo deu uma demonstração inequívoca de amadurecimento político, pelo pacífico comparecimento às urnas e por haver entendido a natureza do compromisso que a Nação pretende colher pelo voto.

Cabe uma referência especial a Brasília. Pela primeira vez em seus 26 anos de existência, o Distrito Federal foi chamado, pela compulsão do voto democrático de sua população, a inscrever-se entre as unidades federativas autônomas, com a eleição de representantes ao Senado e à Câmara. O eleitor comportou-se na linha desse compromisso, mediante significativa afluência às urnas, numa grata demonstração de civilidade política e de imperturbável manifestação de sua vontade.

Quanto à Nova República, resgata o último compromisso pactuado com a sociedade, no que diz respeito à normalização das instituições nacionais. Executor desse pacto, O presidente Sarney não se limitou apenas a convocar a Assembleia Nacional Constituinte, por meio de emenda constitucional submetida ao Congresso, mas de presidir o pleito com a autoridade de um verdadeiro estadista e com a isenção de um magistrado incorruptível. Seguramente, a Nação amanheceu hoje com os seus horizontes mais claros e com as suas esperanças retemperadas. Entre muitas, essas são virtudes essenciais dos regimes de franquias democráticas.